

9

IMPACTO DO AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO NAS CONTAS MUNICIPAIS

O Governo Federal adotou nos últimos anos uma política de aumento de renda via aumentos reais do salário mínimo. Esta política se mostrou bastante salutar à população e ao conjunto da economia, mas causa problemas de caixa às prefeituras brasileiras. Isso porque pressiona fortemente as folhas de pagamentos, principalmente em regiões do país aonde os Municípios têm baixa arrecadação e maior parte dos funcionários pagos pelo piso nacional. Vale lembrar que o conjunto dos Municípios é o maior empregador do Brasil, com mais de 2 milhões de funcionários com remuneração vinculada ao salário mínimo.

O Governo Federal publicou o Decreto nº 8.116 de 23 de dezembro de 2013, onde estabeleceu o salário mínimo de 2014 em **R\$ 724**. Um aumento de 6,78% em relação ao pago em 2013. **Esse aumento provocará um impacto nas folhas de pagamento municipais de R\$ 1,79 bilhões em 2014.** Desde 2003, a política de valorização do mínimo já acumula um impacto de R\$ 18,8 bilhões na folha municipal.

Tabela: Simulação do impacto dos aumentos do salário mínimo com base na RAIS (em R\$ correntes):

Ano	Reajuste do Salário Mínimo			Impacto sem Encargos		Impacto com Encargos
	Antes	Depois	Aumento	Mensal	Anual **	Anual **
2003	200,00	240,00	40,00	58.560.710	780.614.264	961.566.858
2004	240,00	260,00	20,00	30.069.805	400.830.501	493.746.198
2005	260,00	300,00	40,00	70.671.020	942.044.697	1.160.418.148
2006	300,00	350,00	50,00	100.800.475	1.343.670.332	1.655.143.800
2007	350,00	380,00	30,00	64.737.960	862.957.007	1.062.997.303
2008	380,00	415,00	35,00	78.152.874	1.041.777.807	1.283.270.187
2009	415,00	465,00	50,00	121.733.513	1.622.707.722	1.998.864.275
2010	465,00	510,00	45,00	111.648.308	1.488.271.939	1.833.265.209
2011	510,00	545,00	35,00	85.204.893	1.135.781.217	1.399.064.335
2012	545,00	622,13	77,13	182.919.522	2.438.317.227	3.003.538.550
2013 *	622,13	678,00	55,87	132.499.853	1.766.223.045	2.175.647.592
2014 (1) *	678,00	724,00	46,00	109.092.416	1.454.201.899	1.791.297.463
						18.818.819.918

(1) Valor estabelecido pelo Decreto nº 8.116 de 23 de dezembro de 2013.

* Como ainda não estão disponíveis os dados para o ano de 2013 e 2014, utilizou-se as quantidades do ano de 2012

** Valor inclui o pagamento de 13º salário e de 1/3 de férias

Como podemos ver na tabela acima, a cada ano quando o Governo Federal e o Congresso Nacional realizam esta política de aumento real do salário mínimo, os cofres municipais sofrem com consideráveis aumentos das respectivas folhas de pagamento, sem nenhuma possibilidade de intervenção do gestor municipal ou mesmo previsão de novos recursos para o custeio de política.

Metodologia

Para mensurar o impacto destes aumentos nas contas municipais, coletamos no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e na base de dados da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego a quantidade de funcionários públicos municipais que recebem até 1 ½ salário mínimo em cada ano. Multiplicamos o total de funcionários em cada um dos anos, considerando as faixas de remuneração, pelo aumento do salário mínimo. A estimativa inclui os encargos que são pagos sobre o salário base, como o INSS patronal, FGTS, Salário Família, PIS, Sistema S, entre outros.